

## **Avaliação do Trabalho Remoto realizado na UFPel em 2020 e 2021**

Os registros aqui realizados são fruto dos relatos de docentes nas assembleias, nos grupos de trabalho da seção sindical, nas rodas de conversa e em outros espaços de diálogo e discussão sobre o trabalho remoto realizado na UFPel durante o período de distanciamento social.

Todas as atividades desenvolvidas na universidade foram diretamente afetadas durante esse período. Na extensão, no ensino e na pesquisa e também na gestão foram necessárias diferentes alterações na forma de organização do trabalho. Em muitos casos, não foi possível realizar adaptações e houve a interrupção parcial ou integral de ações.

Desde o ano de 2020, a Adufpel reivindica junto à administração central uma avaliação consistente e transparente do trabalho realizado durante o período de pandemia que aponte as fragilidades e os limites de processos formativos de forma remota. Tais reivindicações decorrem de um entendimento de que um qualificado diagnóstico da realidade é peça fundamental para o planejamento das ações na instituição nos próximos anos.

Entendemos que esse planejamento deve estar assentado em um projeto de universidade que considere a qualidade da formação, do trabalho e a saúde de todos os envolvidos nesses processos.

O argumento do represamento de estudantes foi utilizado pela administração central, durante toda a pandemia, para

justificar a necessidade do aumento de oferta de componentes curriculares e ampliação do número de vagas, sem que, em qualquer momento, dados efetivos sobre esses representamentos fossem apresentados. No dia 29 de outubro de 2021, em reunião conjunta com DCE, Asufpel e Adufpel, foi dito pela coordenadora do CRA: “não temos como apresentar esses dados”.

Conjuntamente, as três entidades, Adufpel, Asufpel e DCE, decidiram reunir os registros do conjunto de avaliações realizadas por estudantes, técnicos-administrativos e docentes, durante o período de atividades remotas, para indicar o quanto esse formato de trabalho afetou a instituição. Imprescindível registrar a situação dos terceirizados (escrever sobre isso).

### **Avaliação dos processos formativos no âmbito do ensino remoto**

- Frágil relação entre parcela expressiva de estudantes e docentes em decorrência da falta de acesso às tecnologias;
- Distanciamento da graduação e da pós-graduação com a adoção de calendários acadêmicos diversos;
- Ausência de condições efetivas para o acompanhamento do processo pedagógico;
- Predominância e o incentivo do trabalho assíncrono;
- Fragilização do processo de avaliação dos resultados do aproveitamento dos componentes curriculares ofertados, dada a reduzida frequência nas atividades síncronas, comprometendo a qualidade da formação;

- Adequadas atividades realizadas no Calendário Alternativo, construídas pelas unidades acadêmicas a partir das suas necessidades e demandas, que permitiram importantes interações entre os diferentes segmentos que integram a comunidade acadêmica e a comunidade externa à UFPel;

### **Avaliação da organização de normas e dos processos de tomada de decisão**

- Escassez de discussão e de debate sobre as normas de trabalho;
- Adoção de consultas superficiais e aligeiradas, em questionários Google docs, para a produção de levantamentos que não refletem as necessidades coletivas;
- Pressão permanente para a “recuperação” de aulas, desconsiderando que a interrupção ou alteração do trabalho não decorreu da escolha de docentes, mas das exigências de distanciamento decorrentes da pandemia;
- Estímulo à denúncia e à perseguição de servidores em detrimento do diálogo, como o caso da portaria 965.

### **Avaliação das condições de realização de atividades de extensão e pesquisa**

- Ausência de discussão e de análise das condições de realização de atividades de extensão e pesquisa;
- Exacerbação da busca de soluções individualizadas para a realização de extensão e pesquisa na UFPel;
- Relevância dos trabalhos de pesquisa e extensão desenvolvidos por diferentes grupos e unidades acadêmicas;

## **Avaliação da infraestrutura e das condições de trabalho**

- Transferência para os docentes, da responsabilidade do gestor em ofertar as ideais condições de trabalho. Em nenhum momento os docentes foram consultados sobre suas possibilidades de uso das tecnologias para transferência do trabalho para o lar.
- Não disponibilização de EPIs por parte do empregador, para todo o conjunto de docentes envolvidos em atividades presenciais, denotando numa transferência de responsabilidade;
- Ampliação dos registros de reclamações de adoecimento, em especial, de ansiedade e de depressão, decorrentes de um acirramento da combinação da precarização das condições de trabalho, notadamente pela intensificação, centralização das decisões e transferência de responsabilidades na execução, com a desqualificação dos processos formativos;

## **Avaliação da preparação dos espaços para a transição do remoto para o presencial**

- Transferência para as unidades, da responsabilidade de avaliação técnica das condições sanitárias, sem que as mesmas tenham esta competência;
- Ausência de investimento robusto na adaptação dos espaços para o retorno ao presencial;